

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA AGRONÔMICA

WILIANY CAROLINE SÁ FRANCO

**Diagnóstico dos contratos de desembolsos das linhas de crédito do Pronaf
na cafeicultura do município de Colatina/ES no biênio 2019/2020**

Colatina

2022

WILIANY CAROLINE SÁ FRANCO

**Diagnóstico dos contratos de desembolsos das linhas de crédito do Pronaf
na cafeicultura do município de Colatina/ES no biênio 2019/2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
disciplina de TCC II, do curso de Graduação em
Agronomia do Instituto Federal do Espírito Santo.

Orientador: José Claudio Valbuza
Coorientador: Hércules Alves de Souza

Colatina
2022

(Biblioteca do Campus Itapina)

F825d

Franco, Wiliany Caroline Sá.

Diagnóstico dos contratos de desembolsos das linhas de crédito do Pronaf na cafeicultura do município de Colatina/ES no biênio 2019/2020 / Wiliany Caroline Sá Franco. - 2022.

26 f. : il..

Orientador: José Claudio Valbuza
Coorientador: Hércules Alves de Souza

TCC (Graduação) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Itapina, Agronomia, 2022.

1. Assistência. 2. Agricultura. 3. Café. 4. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil) - PRONAF. I. Valbuza, José Claudio . II. Souza, Hércules Alves de . III. Título IV. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD: 633.73

Bibliotecário/a: Débora do Carmo de Souza CRB6-ES nº 031

DECLARAÇÃO DA AUTORA

Declaro, para fins de pesquisa acadêmica, didática e técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e a autora.

Colatina, 01 de julho de 2022.

WILLIANY CAROLINE SÁ FRANCO

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada.

À minha família, pelo apoio e compreensão das ausências. Saio dessa experiência com a certeza que a busca pelo conhecimento formal é parte do meu aprendizado para ser uma pessoa melhor.

Aos meus amigos e colegas que participaram da minha trajetória, o meu muito obrigada, e em especial minha amiga Marília Dias Flor Ribeiro que foi inspiração e fundamental na minha escolha do tema deste trabalho.

Ao professor e orientador José Claudio Valbuza e ao meu Coorientador Hércules Alves de Souza, que me apoiaram e me aceitaram como orientada e foram tão importantes no desenvolvimento desta defesa.

Agradeço a minha avó Sebastiana da Silva (*in memoriam*). Dedico tudo a essa senhora, que me inspirou na sua simplicidade, afeto e amor.

Em especial agradeço a minha filha Heloisa Franco, que foi a fonte de motivação de conquista de sonhos e realizações de mais uma etapa da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho teve a finalidade de avaliar os contratos de desembolsos das linhas de crédito do Pronaf na cafeicultura do município de Colatina/ES, também verificar o impacto do programa no município no que tange ao principal produto local. O método utilizado para captação de dados, foi a realização do levantamento e análise dos dados divulgados por órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, de modo a demonstrar, através de números, a abrangência do Pronaf em nível nacional e no município de Colatina e comparar os dados obtido para alcançar o objetivo que é a verificação da evolução do desembolso do Pronaf no município de 2019 a 2020. Constatou-se que os desembolsos reais na linha de crédito do Pronaf são menores, quando contabilizado a área financiada referente à área total colhida de café da cidade. Demonstrando uma grave falta de assistência técnica aos produtores, onde a minoria recebe essa assistência.

Palavras-chave: ASSISTÊNCIA, AGRICULTURA, CAFÉ, PRONAF.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS DA PESQUISA	8
1.1	OBJETIVO GERAL.....	8
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
3	REVISÃO DE LITERATURA	9
3.1	CRÉDITO RURAL	9
3.2	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF	11
3.3	MUNICÍPIO DE COLATINA.....	14
4	METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO	16
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira teve, historicamente, um desenvolvimento determinado pelo contexto geral da estrutura fundiária brasileira. Esta, por sua vez, se constituiu pelas condições de economia nacional desde a independência, com a formação de uma economia primário-exportadora baseada na produção cafeeira. Neste sentido, o latifúndio predominou e agricultura familiar teve sua evolução determinada pelas atividades econômicas predominantes (FERNANDES, 2013).

Nos anos de 1958 à 1985, cooperativas de crédito e ajuda rural (Acares) com Banco de Assistência e Crédito Rural (Bcar), atualmente como Banestes, desenvolveu um programa orientada para o crédito, na qual o crédito é obtido acesso condicional à assistência técnica em propriedades. Durante este período, aplicou-se grandes investimentos no estado, importantes para a modernização tecnológica das principais atividades agropecuárias: café, hortaliças, pecuária, avicultura e expansão de atividades florestais. Na década de 1980, o governo federal publicou um decreto sobre o fim do subsídio que eleva imediatamente as taxas de juros. Assim, o crédito rural deixa de ser atrativo, a economia do Brasil é instável e os agricultores estão desencorajados. Com a criação das linhas de produção e os recursos do Pronaf foram ampliados. As taxas de juros são novamente atraentes aos produtores e principalmente os agricultores familiares (COSTA, 2016).

Das 53 commodities agrícolas analisadas em média no triênio 2006-2008, o café apenas contribuiu com 47% do valor total da produção. Apenas o valor total é considerado produção de café (2,7 bilhões de reais), com a variedade conilón contribuindo com 70% em 2013 e 30% de café arábica. O café tem um fluxo diferente, embora o principal destino é vitória. Outro destino frequente do conilón é Colatina (ES), onde há uma grande armazenagem. Os produtores de café arábica vendem a maior parte de sua produção para Minas Gerais, hoje o principal centro produtor de café do Brasil (Embrapa Territorial, 2016).

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1 Objetivo Geral

- Realizar um diagnóstico dos contratos de desembolsos das linhas de crédito do Pronaf na cafeicultura do município de Colatina/ES no biênio 2019/2020.

1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as instituições de crédito que oferecem as linhas de crédito do Pronaf para os produtores rurais da cafeicultura de Colatina/ES;
- Identificar quais são as linhas de crédito do Pronaf acessadas e os montantes contratados;
- Identificar o perfil dos clientes por idade.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A atividade agrícola se depara com diversos desafios que, em algum momento, pode comprometer sua atividade econômica, incluindo as adversidades climáticas, sanitárias e econômicas, devido a volatilidade dos preços. Estes fatores interferem na rentabilidade do produtor rural e na produtividade; com isso, se faz necessária a intervenção do governo por meio de políticas públicas, entre elas, o crédito rural (RAMOS, 2010).

3.1 Crédito rural

Para promover o aumento da produtividade e renda no Brasil, foi estabelecido o Sistema Nacional de Crédito Rural no ano de 1985, com o objetivo de fornecer crédito aos produtores com taxas de juros mais baixas para auxiliar no financiamento de maquinários agrícolas e produção (LOPES; LOWERY; PEROBA, 2016). O crédito rural é conhecido pela destinação de recursos financeiros, podendo ser de origem da União, bancos ou cooperativas de crédito, com a finalidade de desenvolvimento da produção rural (WAHLBRINCK, 2017).

Nas décadas de 1970 e 1980, período em que era subsidiado e distribuído conforme o tamanho dos estabelecimentos de propriedade, grande parte do crédito rural foi direcionada aos grandes proprietários. Com isso, gerou diversas restrições de crédito, de forma a prejudicar os pequenos produtores que não tinham nada como garantia para oferecer (SANTOS; BRAGA, 2013).

Na década de 1990 houve uma alteração que se mantém até hoje com relação a política de crédito, em que um dos principais mecanismos introduzidos foram as uniformidades sobre a taxa de juros e sobre os preços. A principal característica da uniformidade é que elas representam uma alavancagem de recursos para o crédito rural, em que a presença do setor público é reduzida (GASQUES, 2017).

O crédito rural proporciona a obtenção de bens, além disso, o crédito também é responsável pelo custeio das atividades já em desenvolvimento, como por exemplo a compra de insumos, que agrega valor ao produto, o que se torna possível com a tecnologia adquirida. O efeito do crédito rural sobre o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário é mais direto. Mas para o PIB agronegócio o efeito do

crédito rural é reduzido, pois o processo de produção passa a contar com outras fontes de recursos relacionadas à produção, armazenamento e distribuição do produto.

O crédito rural gera impactos sobre a agricultura, pois afeta seu desempenho, como o valor da produção e o PIB, e de forma expressiva as relacionadas à mudança tecnológica (GASQUES, 2017).

O Manual de Crédito Rural (MCR) que dispõe de codificações das normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é dividido em capítulos e seções, destacando quem pode atuar em crédito rural, quem podem ser os tomadores dos recursos, quais os instrumentos de crédito podem ser utilizados para representar operações de crédito rural e quais os encargos financeiros que devem ser fixados pelas agentes de crédito (WAHLBRINCK, 2017).

A política de Crédito Rural no Espírito Santo busca apoiar, fortalecer e expandir as atividades agropecuárias, especialmente aqueles em cadeias produtivas que foram integrados: café, fruticultura, pecuária, silvicultura e horticultura - mas também considerando novas atividades como flores, aquicultura, produtos orgânicos e agroturismo (Banco Central do Brasil, 2016b). O governo do estado está tentando estimular a diversificação da produção agrícola, conforme descrito por Galeano (2016).

A Evolução do crédito rural e o valor da produção agropecuária no estado do Espírito Santo, 1999-2015, observou que a partir de 2004, o valor do crédito rural vem aumentando até 2014, sendo 2,7 bilhões em 2013. O valor agregado na agropecuária foi de 3,5 bilhões em atividades que utilizam trabalho, terra, máquinas e equipamentos. O valor bruto na produção agrícola estimou-se em 9,9 bilhões, ajustada a preços de 2015. Com relação a esse indicador, vale destacar que em 2013 houve uma mudança de metodologia, e a agricultura passou a ter menor peso no cálculo do PIB, o que resultou em menor valor agregado em relação ao método antigo (Fundação Getúlio Vargas, 2022).

Com o aumento da escala do crédito rural desde 2004 no Espírito Santo, participando da porcentagem do crédito nacional total de 0,9% em 2004 para 2,1% em 2010. Em 2015 o volume de crédito cai para 2,3 bilhões no estado, e a participação real e estatal no crédito nacional, caiu para 1,5% (Banco Central do Brasil, 2022).

3.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Com o intuito de financiar pequenos produtores familiares com taxas de juros mais baixas, o Governo Federal, em 1996, criou o Pronaf através da Resolução nº 2191, de 24 de agosto. Embora o Programa tenha sido importante para inclusão dos produtores e suas famílias em pautas políticas, no entanto, ainda existem uma série de dificuldades para a aplicação desses recursos de forma correta, tais como focalizar o atendimento na clientela-alvo do programa e dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no acesso ao crédito (SCHONS; AZEVEDO; ALENCAR, 2013).

Conforme afirma Mattei (2005), o programa foca em quatro linhas de atuação: financiamento da produção, financiamento de infraestrutura, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e financiamento da pesquisa e extensão rural.

Desde a criação do Pronaf, o agricultor familiar passou a ter destaque, seja nos bons resultados provenientes da utilização do crédito rural, pois o acesso ao crédito barato tem contribuído para elevar a produção da riqueza agropecuária nacional, ou entre pesquisadores e suas trocas de conhecimento. A evidência disso foi o crescimento significativo de pessoas beneficiadas e do montante disponibilizados e aplicados em condições especiais (AQUINO, J.R.; SCHNEIDER, 2010).

Na última década, o governo ampliou o portfólio e segmentou seu público-alvo em grupos e inseriu outras políticas e passou a atender movimentos sociais, como: agroecologia, jovens, mulheres etc. (AQUINO, J.R.; SCHNEIDER, 2010).

Os grupos segmentados correspondem as letras A, B e C, onde A são agricultores assentados da reforma agrária, grupo B são agricultores com renda mínima anual de até R\$4 mil e que 30% deste valor corresponda a atividade agropecuária, grupo C são produtores que tenham renda de 18 mil e ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária, grupo D são agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil a R\$ 50 mil e que obtenha pelo menos 70% dos seus rendimentos da atividade. Por fim, o grupo E no qual estão os agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que

obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária (AQUINO, J.R.; SCHNEIDER, 2010); porém, em 2008 as categorias C, D e E foram extintas (grupos de produtores de maior renda).

Além dos grupos citados acima, aplica-se outras linhas ofertadas pelo Pronaf, como:

- **Pronaf Jovem-** financiamento específico para jovens de 16 a 25 anos, no último ano do ensino técnico, com diferentes taxas de juros e prazos de pagamento (juros de 1% uma vez por ano durante um período máximo de 10 anos).
- **Pronaf Mulher-** mulher agricultora que se integra na agricultura familiar independente do estado civil.
- **Pronaf Mais Alimentos-** proporciona processos de mecanização intensiva para a agricultura familiar, financiando uma média de 20 mil tratores por ano, além de avançar na modernização da infraestrutura produtiva para diversas atividades.
- **Pronaf Agroindústria-** para investimentos em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e produtos florestais, apoiando também o turismo rural.
- **Pronaf Semiárido-** investimentos de projeto de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade do ecossistema.
- **Pronaf Custeio-** destinado a pessoas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra das lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais das despesas normais de exploração agropecuárias.
- **Pronaf Agroecologia-** para sistema de produção agroecológico ou orgânico.
- **Pronaf Floresta-** investimentos em sistemas agroflorestais, exploração extrativista, plano de manejo florestal, manutenção de empreendimento, manutenção de reserva legal e áreas de preservação permanente.
- **Pronaf ECO-** Implantar, utilizar e/ou recuperar silvicultura.
- **Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A-** Financia implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuário.
- **Pronaf Produtivo Orientado-** Implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura necessária para a convivência com o bioma. Plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais

infraestruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Segundo normas do Manual de Crédito Rural, são beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os agricultores que se enquadram de forma concomitante aos seguintes critérios:

- Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas
- Residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- Não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;
- O mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- Tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (mil reais), a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento.

E também pessoas que apresentem DAP ativa, são beneficiária do Pronaf, como: pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins

comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água; silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes (BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

3.3 Município de Colatina

O município de Colatina está localizado na Mesorregião Noroeste do estado do Espírito Santo e corresponde a uma área total de 1.398,219 milhões de Km² (IBGE, 2021). Sendo dados levantados em 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 123.400 habitantes, correspondendo a um aumento de 9,41% comparado ao último censo de 2010, sendo 88% na área urbana e 12% na zona rural.

A colonização do município teve início em meados do século XIX, como consequência da imigração italiana e alemã na sua maioria. No ano de 1886, o processo de colonização foi impulsionado com a migração de fluminenses e mineiros que vinham para a região motivados pelas terras férteis e baratas aptas à cafeicultura. A emancipação política do município ocorreu por volta do ano de 1921, de sua área original emanciparam-se os municípios de Baixo Guandu, Linhares, Pancas, São Gabriel da Palha, Marilândia, São Domingos do Norte e Governador Lindenberg, e em razão deste fato Colatina conta hoje com uma extensão territorial significativamente menor do que a original (INCAPER, 2020).

Localizada de forma estratégica no centro do Estado, Colatina é destaque na potência econômica da região Norte. Se encontra a 130 quilômetros de Vitória, capital do Espírito Santo. No município passa a estrada de ferro Vitória-Minas, a BR-259 e a Estadual 080, também conhecida como rodovia do café. Percorrendo 50 quilômetros chega-se a BR-101, que corta o país de Norte a Sul. A BR-262, que entra para a região central brasileira, fica a 130 quilômetros. Essa posição

estratégica, torna a cidade favorecida para o escoamento de diversos produtos de vários pontos do país e para o exterior (COLATINA, 2018).

Segundo informações disponibilizadas pelo site da prefeitura, a topografia da cidade varia de ondulada para montanhosa, com altitudes entre 40 e 600 metros. O clima predominante é o quente úmido, típico do Vale do Rio Doce, com inverno seco. A temperatura média é de 28°C, o que vem sofrendo alterações, como nas demais regiões do estado e do país, e a maior ocorrência de chuvas é registrada entre outubro e janeiro (COLATINA, 2018).

O maior produto agrícola produzido em Colatina é o café conilon, conforme dados disponibilizados pelo INCAPER (2017) 14013 toneladas em uma área de 10616 hectares, e café arábica em quantidade significativamente inferior, com produção de 23,7 toneladas em uma área total de 26 hectares, e em seguida destaca-se também a fruticultura, como banana, cacau, acerola, manga entre outras, e a produção hortigranjeira (INCAPER, 20117).

Além da força econômica da agricultura, o município tem ainda atuação marcante na indústria e comércio, que geram milhares de empregos. Há destaque para o polo de confecções de roupas, sendo o PIB per capita do município atingido de R\$ 28.661, 78 em 2018 (IBGE, 2021).

Com relação a agropecuária, o município o principal tipo de rebanho em 2017, era bovino de corte em primeiro com 47 mil o número de animais e em segundo com bovinocultura de leite, sendo 4181 números de animais (INCAPER, 2020).

Tendo em vista o número de agricultores e de propriedades, muitos destes são aptos ao beneficiamento via Pronaf. Dados do Ministério Pecuária e Abastecimento (MAPA), computam a existência de 1059 DAP ativas até o ano de 2020 no município de Colatina (BRASIL, 2020). Conforme dados do Banco Central da Matriz de dados do Crédito Rural, para o município de Colatina, desde janeiro de 2013 até o ano de dezembro de 2020, foram formalizados 2.532 operações de custeio para agricultura e 72 para a agropecuária, totalizando um valor de R\$ 64.850.050,79 liberados (BACEN, 2021).

4 METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Para a execução deste trabalho, inicialmente, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos e sites do governo com temas referentes a políticas públicas, Crédito Rural e Pronaf. Para a pesquisa documental, foram realizados levantamento e análise dos dados divulgados por órgãos da administração pública federal, estadual de modo a demonstrar, através de números, a abrangência do Pronaf em nível nacional e no município de Colatina.

Dentre esses órgãos destacam-se o IBGE, órgão responsável pela realização do Censo Agropecuário e o INCAPER, órgão do governo estadual do Espírito Santo que, além de outros serviços, presta assistência técnica aos agricultores familiares mutuários de operações no âmbito do Pronaf. Os dados colhidos junto a estes e outros órgãos reforçam a importância da realização deste estudo de caso.

A outra etapa consistiu na obtenção de dados relativos ao programa estudado junto à Matriz de Crédito Rural do BACEN entre os anos de 2019 e 2020. Para a análise da evolução do desembolso e do número de contratos foram consideradas todas as operações contratadas. Entretanto, para fins de comparação, foram selecionados os dados referentes à principal cultura cultivada no município, o café.

Na última etapa da pesquisa foi realizada a comparação entre os dados obtidos nas fases de levantamento anteriores com os números divulgados no Censo Agropecuário de 2017 referentes à produtividade do café, principal produto agrícola do município. Deste modo, foi possível atingir o objetivo inicial da proposta de pesquisa: verificar a evolução do desembolso do Pronaf no município de 2019 a 2020 e, de modo mais específico, verificar a influência do programa nas lavouras cultivadas em Colatina.

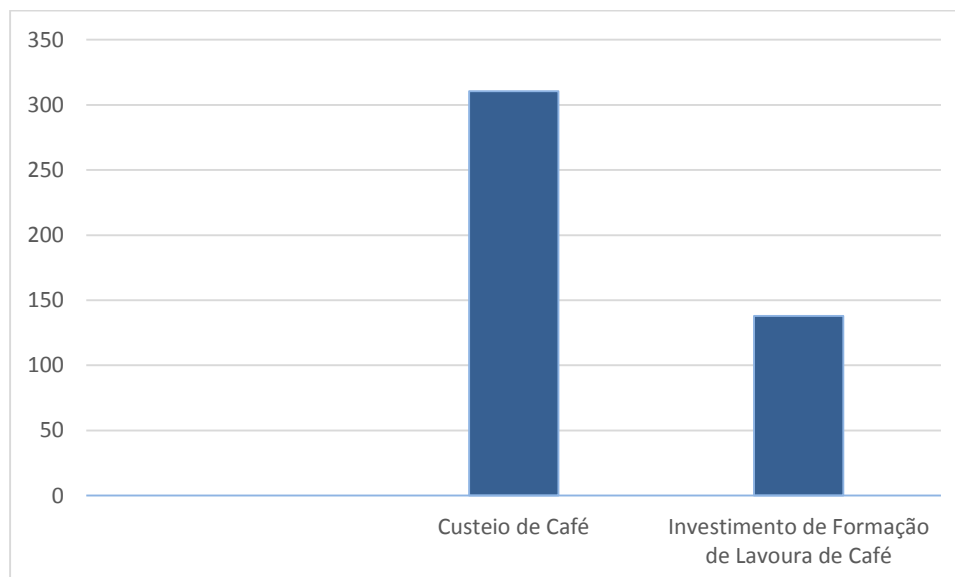
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As linhas de créditos mais tomadas pelos produtores rurais no biênio de 2019 e 2020 para a cafeicultura são os de custeio e investimento rural, que dentro do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar se enquadra no Pronaf - Mais Alimentos, tendo o intuito, segundo o Banco do Nordeste, uma das instituições financeiras aptas a trabalhar com esse programa, ter como função promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural (BANCO DO NORDESTE, 2022).

A Matriz do Crédito Rural BACEN permite visualizar as áreas financiadas do âmbito Pronaf no município de Colatina. Sendo assim, a quantidade de área financiada é de 310,52 há para o cultivo do café, com 138 contratos, no valor de R\$:5.385.037,62 totais.

No gráfico 1 é possível analisar entre a área financiada e os contratos desembolsados nos anos 2019-2020, onde cada contrato com uma operação, financia a área por hectare.

Gráfico 1: Evolução da Área Financiada nas Operações Pronaf em Hectares em Colatina 2019-2020.



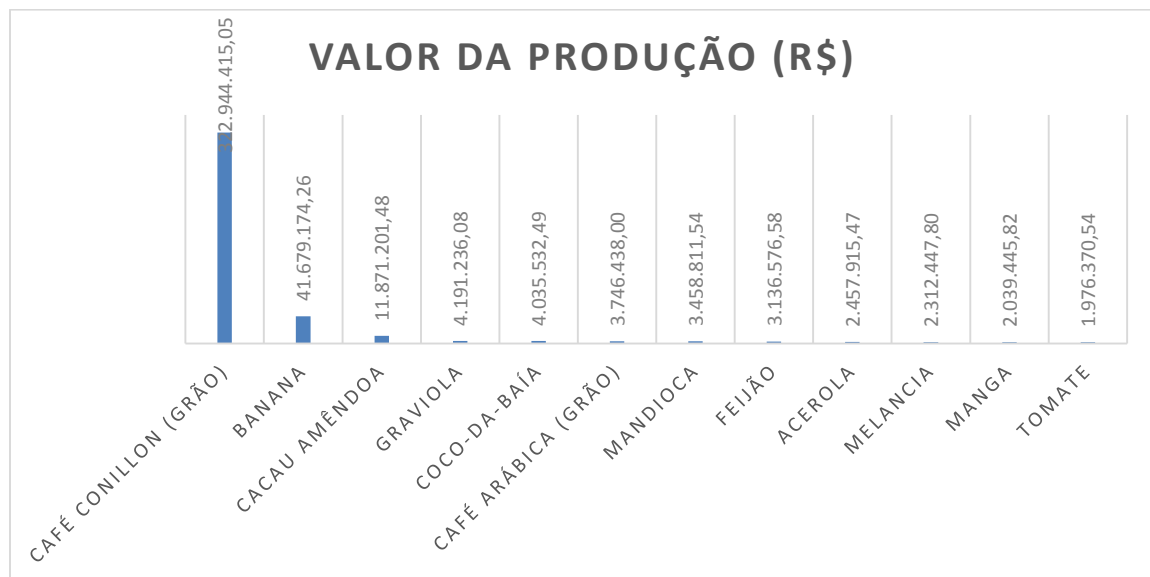
Fonte: Elaboração própria através da Matriz do Crédito Rural do BACEN.

Para os resultados desta comparação, não se pode considerar os investimentos para formação de lavouras visto que, segundo Serviço Nacional de

Aprendizado Rural (SENAR), o período de formação da lavoura de café, considerado o intervalo de tempo entre o plantio e a primeira colheita significativa é de dois anos e meio (SENAR, 2017). Sendo assim, as lavouras financiadas a partir de 2019 não estariam aptas para a colheita em 2020.

O café Conilon sendo a cultura mais produzida no município de Colatina, a cada ano se desenvolve ainda mais, com a participação dos produtores nos programas de financiamento, a tendência do município é só crescer. Veja abaixo o gráfico 2, referente aos produtos que mais desenvolve no valor de produção, observe-se que o café conilon está em primeiro lugar referente as demais culturas.

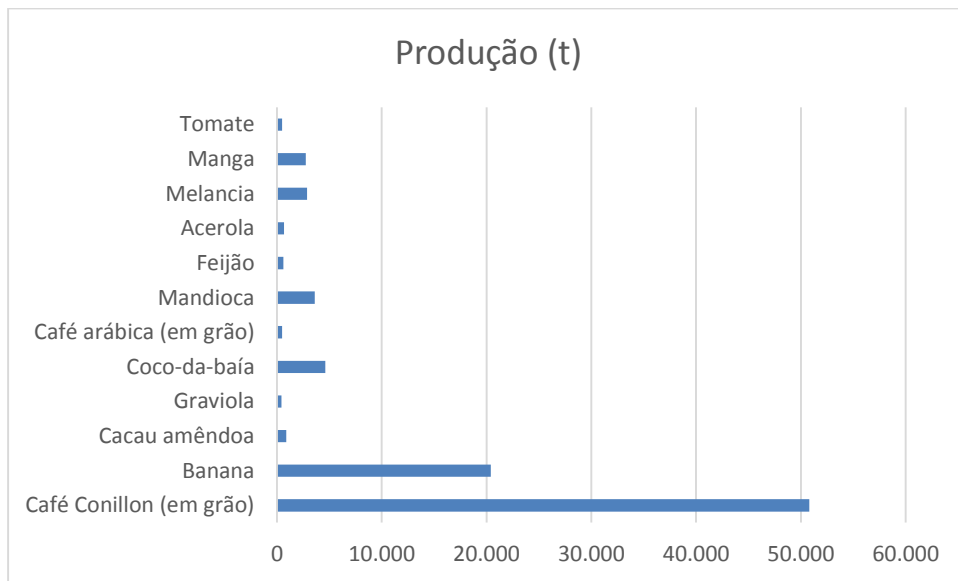
Gráfico 2: Valores da produção dos produtos que houve desembolso no município de Colatina entre 2019 e 2020.



Fonte: Elaboração própria através de dados do Painel Agro do Incaper.

A nível de produção por tonelada, o café conilon mostrou-se com 50.808 de produção, à frente da banana, que está com 20.410 de toneladas recebidas através do investimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar como demonstrado gráfico 3 (Incaper, 2022).

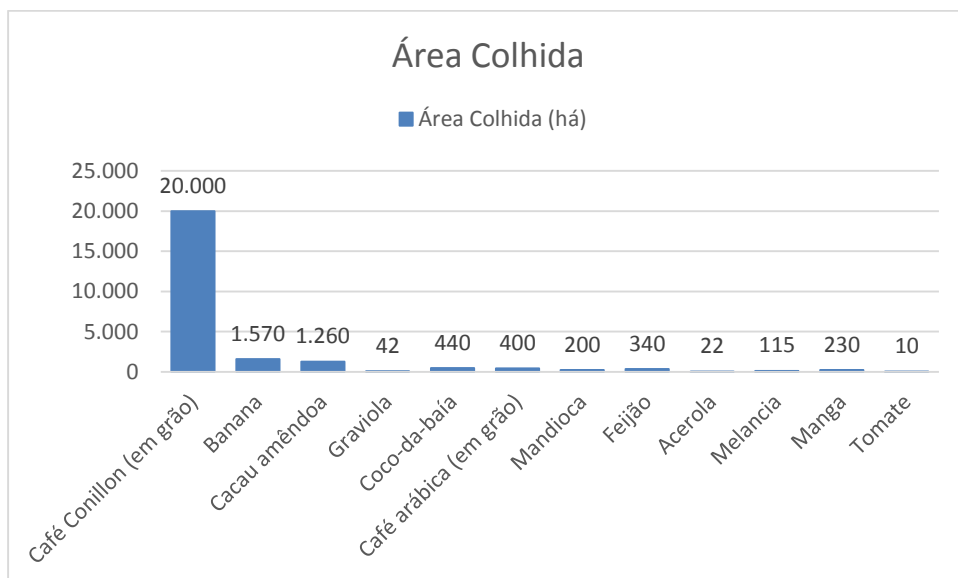
Gráfico 3: Valores da produção em toneladas dos produtos em destaque no município de Colatina.



Fonte: Elaboração própria através de dados do Painel Agro do Incaper.

Da área colhida por hectare (ha), o café conilon demonstra fazer parte do grande montante de renda das famílias e da economia do município, onde é predominante a outras culturas como analisado no gráfico 4.

Gráfico 4: Área colhida no biênio de 2019/2020 no município de Colatina.

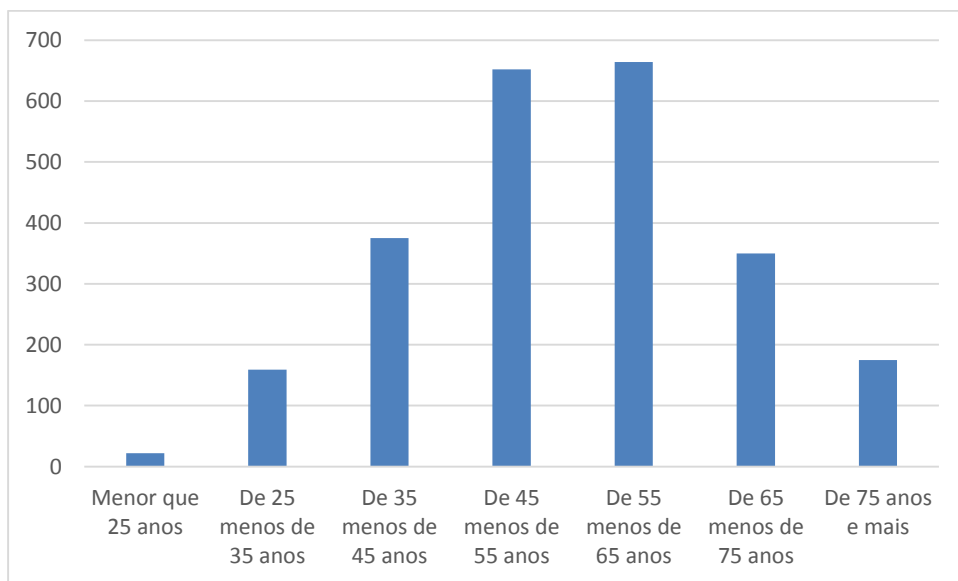


Fonte: Elaboração própria através de dados do Painel Agro do Incaper.

A colheita do café conilon na comparação do café arábico, teve nível exuberante do valor quanto o ganho da colheita, sendo 20.000 por hectares, e o arábico apenas 400 da área colhida por hectares. Das demais culturas, também teve o destaque o grão do conilon.

O Censo Agropecuário (IBGE, 2022) indica a idade média do produtor do município de Colatina, onde a faixa etária de idade 55 a 65 anos, é a idade média do produtor dessa região. Analise o gráfico 5 para melhor visualização da classe de idade.

Gráfico 5: Classe de idade do produtor



Fonte: Elaboração própria através do Censo Agropecuário de 2017.

Os maiores produtores são os de meia idade e idosos que são donos de propriedades rural e que praticam atividades agrícolas dentro do município de Colatina, segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022).

Para o número de financiamento agrícola apenas 382 agricultores obtiveram esse tipo de auxílio, sendo que 212 foi do âmbito Pronaf, e 170 por meio de banco privado e sem auxílio governamental. Isso demonstra preocupação, pois apenas 480 produtores recebem assistência técnica, e os outros 1.917 não recebem. Demonstra a falta de aproximação dos produtores para os programas do governo fornecidos de lei para valorização de produção e crescimento agropecuário do município (IBGE,2022).

Do número de estabelecimento de café, a *Coffea canephora* (conilón) tem seu destaque de 1.976 com mais de 50 pés, sendo que o Arábica apenas 6. A produção

segundo o Censo Agropecuário 2017 foi de 70.093,460 reais em 8.665 hectares para o conilon, logo o arábica 128.980 em 23 hectares, no valor da produção (IBGE, 2022).

O nível de comercialização da região próxima de Colatina e no próprio município, se entende que o café arábica não estimule os produtores a produzirem, por isso essa espécie de café fica mais localizado no extremo sul do estado do Espírito Santo, que ganha destaque na produção. A eficiência do cultivo do conilon também preserva a forte influência da produção, por ter mais facilidade de propagação, feito por estaquia ou a partir dos ramos do café, seus ramos com mais grãos facilitam na hora da colheita.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, buscou diagnosticar os contratos desembolsados das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na cafeicultura do município de Colatina, entre os anos 2019 e 2020.

Para chegar no resultado final, foi realizada uma breve introdução ao programa, seguida de um breve histórico do município Colatinense, trazendo a cultura mais importante, o café. Para o alcance dos resultados de objetivos propostos, foram verificados dados relativos sobre as instituições que oferecem as linhas de crédito do programa, das linhas de crédito acessadas e o perfil do cliente por idade. Conjuntamente foi elaborado uma comparação das culturas que movimentam o município com a cultura principal do trabalho.

O Pronaf, em específico, permite que os agricultores familiares se desenvolvam suas técnicas de produção e alavancar seu ciclo produtivo sem que haja a necessidade de perder seu capital, tornando viável um aumento de produtividade sem desfavorecer a renda de suas famílias.

Entretanto, a pesquisa à Matriz do Crédito Rural do BACEN demonstrou que o período analisado, o café está sendo produto mais comercializado no município, mesmo comparando os outros anos, tendo auxílio as linhas liberadas do Pronaf.

Sobre às operações que envolvem o café em Colatina, no biênio de 2019 e 2020, o total de operações de custeio é maior que as outras culturas, com mais de cem por cento (100%) dos contratos. Com 138 contratos assinados, e 310,52 hectares da área financiada, que demonstra o desempenho do agricultor familiar, sendo na tecnologia, no crescimento de suas lavouras, ou na formação da cultura.

Com relação a idade, o Censo Agropecuário IBGE mostra que a idade média dos produtores da região estão entre 45 a 65 anos. Sabendo que muitos

herdaram de suas famílias, e outros enxergam um futuro amplo no campo para produzir.

A atividade agrícola do município é conduzida pelo café. Na ausência de tecnologia disponível, sua atividade produtiva média é de 22 sacas por hectare. Mesmo os produtores rurais estando propensos a inovações tecnológicas como a adubação das lavouras e, em outros casos, o uso inadequado de defensivos agrícolas e fertilizantes agrícolas, acaba não permitindo a ideia de utilizar dessas tecnologias, por não se adequar a esses tratamentos, e não aceitar a nova tecnologia.

Os desembolsos reais da linha de crédito do Pronaf foram menores quando se considera a área de financiamento da área total colhida de café da cidade. Mostra uma grave falta de assistência técnica aos produtores, quando analisado com o Censo Agropecuário do IBGE 2017, onde apenas 480 produtores responderam que recebem assistência técnica, e as que não recebem são de 1.917 produtores.

Pela falta de assistência, apenas 382 produtores obtiveram o financiamento pelo Pronaf, e 2.027 não obtiveram financiamento.

Com essas descobertas, a pesquisa realizada neste trabalho abre espaço para novas pesquisas para descobrir por que a maioria dos agricultores locais não utilizam as linhas de crédito fornecidas pelo Pronaf. Além disso, um estudo poderia ser realizado com o público usando políticas públicas relevantes para verificar seus pensamentos sobre o projeto, suas características positivas e negativas, e o impacto do Pronaf em sua produtividade e outros aspectos de sua vida como agricultor familiar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J.R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de extensão e estudos rurais**, V. 1, N. 2, P. 309-347, JUL.- DEZ. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Matriz de Dados do Crédito Rural - Contratações: Relatório de Crédito Rural Contratações: Quantidade e Valor dos Contratos por Município**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%20C3%ADpio&exibeparametros=true&botoesExpOrtar=true>>. Acesso em 12 fev. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico do Crédito Rural (1999 a 2012)**. 2016a. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural (2013 a 2015)**. 2016b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) por sub-região**. Disponível em: Acesso em: 10 jul. 2022.

BANCO DO NORDESTE. **Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/pronaf-mais-alimentos>> Acesso em 05 maio 2022.

CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – CIIC 2016, 2016, Campinas. **ASPECTOS TERRITORIAIS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO**. Campinas, Sp: Embrapa Territorial, 2016.

COSTA, E. B. Crédito rural no Espírito Santo. In: DADALTO, G. G.; SILVA, A. E. S.; COSTA, E. B.; GALVÊAS, P. A. O.; LOSS, W. R. **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos**. Vitória: Cedagro; Seag, 2016.

FERNANDES, A. M. S. **O Pronaf na agricultura familiar: sua criação, distribuição e principais resultados**. 2013, 58 f. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=>>. Acesso: 20 fev. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Índice Geral de preços Disponibilidade Interna - IGPI**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GALEANO, E. A. V. **Mudança estrutural e diversificação na produção agropecuária no Espírito Santo**. Geografares, v. 21, p. 128-141, jun. 2016.

GASQUES, J. G. Impactos do crédito rural sobre variáveis do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**. n. 4, 2017, p. 132-140.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/colatina/panorama> >. Acesso em 20 fev. 2021.

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER 2020/2021 Colatina**. Disponível em: < <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Colatina.pdf> >. Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Programa De Assistência Técnica e Extensão Rural Proater 2020 – 2023** – Colatina, 2020. Disponível em <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Colatina.pdf>>. Acesso em 05 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades – Censo Agropecuário**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/colatina/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017** – Café - Grão (verde) - Canephora (robusta, conilon) do Espírito Santo por Valor da produção. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?locali>. Acesso em: 27 jun. 2022.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Painel de Produção Agropecuário do Espírito Santo**. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiYzVhOWZmOGltZWJjNi00MmUzLTg2ZGMtYzk0NDI2Y2UyMmFmliwidCI6IjhiMjA4ZmViLTlyMTYtNDQ1Zi1iZmQxLTk1MjU4ZDIkMjExMSJ9&pageName=ReportSection> > . Acesso em 07 abr. 2022.

LOPES, D. et al. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES 45**, junho 2016. p. 155-196

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD. 2005.

PREFEITURA DE COLATINA. HISTÓRIA. 2018. Disponível em: <<http://www.colatina.es.gov.br/acidade/?pagina=historia>>. Acesso em 22 fev. 2021.

RAMOS, S. Y. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010, 65 p.

SANTOS, R. B. N.; BRAGA, M. J. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. **Revista Economia Aplicada**, v. 17, n. 3, 2013, p. 299-324

SCHONS, S. Z.; AZEVEDO, A.; ALENCAR A. **“Pronaf” na Amazônia: quais os desafios? Boletim Amazônia em pauta**. BRASÍLIA: IPAM, OUTUBRO 2013.

WAHLBRINCK, J. **As contribuições do crédito rural na geração de renda e qualidade de vida dos produtores rurais de imigrantes - rs**. Monografia (Bacharel em ciências contábeis) - CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES, Lajeado, 85 p.